



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Ofício n. 345/2025

Tunápolis, 24 de novembro de 2025

REF.: Resposta ao Requerimento 13/2025

Senhor Presidente,

Nobres Vereadores.

Ao tempo de cumprimentá-lo compareço a presença de Vossa Excelência com o intuito de oferecer resposta ao Requerimento acima epigrafado, aduzindo o quanto segue:

A lei 1.633/2024, autorizou um Termo de Cessão de Uso de Aparelho Raio-X, com a Associação Hospitalar de Tunápolis, onde, como bem destacou o requerente, previu no parágrafo único do art. 3º, contrapartida em face da cessão ocorrida, condizente ao atendimento gratuito dos pacientes encaminhados pela unidade de saúde em horário comercial de atendimento.

Referido aparelho de Raio X foi cedido à Associação Hospitalar de Tunápolis, tendo em vista que o município não teria condições de manter tal aparelho para uso junto a Unidade de Saúde, uma vez os custos do mesmo se mostravam bastante elevados, havendo necessidade de oferecimento ao público de maneira estendida e não somente nos horários comerciais.

Diante disso ocorreu a realização de cessão de Uso ao Hospital do município, qual teria maior utilidade e consequentemente sua manutenção seria abatida com valores cobrados pelo hospital.

Referida lei previu limitação de cobrança dos encaminhamentos efetuados pela Unidade de Saúde em horários de atendimento.

Ocorre que, referida obrigação não vem sendo cumprida em sua totalidade, o que levou a Secretaria da Saúde a solicitar esclarecimento à direção daquela Unidade.

Em resposta, os apontamentos são no sentido de se mostrar inviável a manutenção do referido aparelho caso atendida a legislação em sua íntegra, uma vez mostrando-se



ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

a necessidade de cobrança de parte dos encaminhamentos para custeio com a manutenção, assim como para o pagamento devido a recursos humanos.

Nesse sentido, a Secretaria da Saúde do município como forma de atendimento a legislação em vigor, observadas as necessidades com altos custos de manutenção do aparelho e com recursos humanos, estará realizando um estudo junto a Unidade Hospitalar com os responsáveis legais para se chegar a um termo que possa atender a população de maneira eficiente, assim como garantir o pleno funcionamento do aparelho de Raio X nas condições em que se encontra.

Limitado a isso, reiteramos protestos de estima e apreço ao excelente trabalho que vem sendo realizado por esta casa legislativa municipal, nos colocando inteiramente a disposição de Vossas Excelências caso se mostre necessário.

Atenciosamente,


FLÁVIO MARCOS LAZAROTTO
Assessor Jurídico
OAB/SC 31.520